

Precarização do trabalho na (des)governança temerária

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda a ofensiva temerária da desregulação das leis trabalhistas brasileiras em favor da realização absoluta dos interesses financeiros do poder empresarial, mantenedor da essência capitalista da exploração, da alienação e da coisificação das forças vitais do trabalhador, não obstante as mudanças políticas, técnicas e históricas ocorridas ao longo da civilização capitalista.

Palavras-Chave: Precarização; Exploração; Trabalhismo; Flexibilidade.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Professor da FACC-UFRJ.

As pessoas já se envergonham do descanso; a reflexão demorada quase produz remorso. Pensam com o relógio na mão, enquanto almoçam, tendo os olhos voltados para os boletins da bolsa – vivem como alguém que a todo instante poderiam perder algo. Melhor fazer qualquer coisa do que nada – este princípio é também uma corda, boa para liquidar toda cultura e gosto superior (NIETZSCHE, 2012, p. 193).



Introdução

A hegemonia direitista no cenário político brasileiro mediante o golpismo temerário se configurou como um processo violento de desestruturação dos direitos sociais conquistados com muito sofrimento pela população em nossa acidentada história republicana. Para favorecer as negociações ilícitas do empresariado corruptor e reacionário, o governo temerário, a partir da ação em bloco dos parlamentares representantes dos setores plutocráticos da sociedade brasileira, travou luta ferrenha para desestabilizar os sindicatos e organizações comprometidos com as verdadeiras causas trabalhistas. O efeito imediato dessa política necrófila é a degradação do modo de viver de incontáveis trabalhadores, submetidos ao risco de aniquilação pelo tornado neoliberal, muito conveniente para organizar a economia brasileira para a

satisfação incondicional das elites detentoras dos meios de produção. O governo temerário apregou em todos os meios que a reforma trabalhista visava aprimorar as condições laborais do trabalhador brasileiro, modernizando seus dispositivos para promover maiores condições de empregabilidade social e de seguridade para os próprios assalariados. Contudo, apenas o empresariado obtém reais vantagens nesse processo de espoliação econômica, evidenciando o descompromisso temerário em relação ao bem-estar social e as instituições democráticas. Conforme veremos no decorrer do artigo, diversos conceitos fundamentais da crítica ao modo de produção capitalista e seu inerente privilégio aos dispositivos plutocráticos permanecem atuais, reconfigurando-se apenas as circunstâncias temporais.

A opressão plutocrática contra a classe trabalhadora

A alienação do trabalho se reconfigura na reestruturação do capitalismo em sua gestão neoliberal, marcado pela ofensiva violenta contra todas as formas de proteção social. Marx já apresentara no debate econômico oitocentista a precisa conceituação do caráter deletério do regime capitalista sobre a vida do trabalhador:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime, senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX, 2002, p. 80)

A proclamação otimista de que o capitalismo perdeu seu teor selvagem e que se reveste de uma face humana mascara as contradições históricas do sistema que, apesar de alguns ajustes pontuais (decorrentes das lutas proletárias e das regulações estatais), perpetua as técnicas espoliadoras sobre as forças produtivas dos trabalhadores. Conforme argumenta Joel Bakan,

Como as regulações reduzem a lucratividade, as estratégias para eliminá-las fazem sentido ao ponto de vista dos negócios. O executivo que, baseado em seu princípio de integridade ao processo

democrático, se recusar a se envolver em influências políticas, falha com seus acionistas bem como com a obrigação legal da corporação de promover seus melhores interesses. A tarefa de um executivo não é defender a democracia, mas sim administrar suas incertezas e evitar os obstáculos que ela apresenta (BAKAN, 2008, p. 122).

O capitalismo que impera nos países desprovidos de uma vivência democrática consolidada se caracteriza pela afirmação incondicional dos interesses empresariais e dos seus associados, com a conveniente anuência dos poderes estabelecidos, que recebem suas quantias regulares para que satisfaçam as demandas dos plutocratas, moldando as legislações trabalhistas nacionais para honrar seus acordos inescrupulosos com os investidores privados.

As grandes empresas multinacionais que não ousam explorar os trabalhadores dos países democraticamente maduros transferem para os rincões periféricos do planeta suas linhas de produção, impondo para essas massas subalternas um regime brutal de espoliação, inclusive apelando para o uso da truculência em caso de rebeldia operária. Salários de fome perpetuam o jugo dos exploradores sobre esses trabalhadores juridicamente desassistidos, promovendo assim um grande pauperismo social que sustenta as bases corruptas desses países lacaios do imperialismo capitalista, em situações análogas ao do escravismo. A consciência imbecilizada dos defensores do capitalismo selvagem apregoa que as misérias ocorridas no percurso da Revolução Industrial foram superadas e que agora vivemos uma era de abundância e de fartura de oportunidades para todos que queiram

empreender e enriquecer. Basta analisarmos a situação das nações asiáticas, africanas ou latino-americanas comandadas por regimes autoritários coniventes com as arbitrariedades empresariais para constatar os “progressos” do capitalismo e seus benefícios para o gênero humano. Conforme Maurício Tragtenberg,

À medida que se desenvolve o capitalismo, a burguesia não precisa valer-se de reis terroristas para conseguir braços para o trabalho. Ela o consegue “automaticamente” quando o trabalhador “livre”, pelo jugo da fome, é obrigado a vender sua força de trabalho (TRAGTENBERG, 2010, p. 58).

Os corpos desses trabalhadores são meras coisas descartáveis que somente servem para gerar lucros para os detentores dos meios de produção que assim usufruem sordidamente dos seus ganhos com as benesses da sociedade de consumo, acessível apenas para os sujeitos economicamente viáveis. A alienação e a reificação vigoram plenamente nessas relações violentas de produção. Para Richard Sennett,

“Quem precisa de mim?” É uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos de resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvias e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros (SENNETT, 2002, p. 174).

Países herdeiros de uma sólida tradição sindical, de movimentos operários de base e de uma combativa e destemida atuação parlamentar de partidos de esquerda conseguiram organizar leis trabalhistas que atenuaram as mazelas da exploração capitalista, equilibrando economicamente a ordem social, influenciando assim as estruturas estatais em seu ofício político de organização da coisa pública de modo a fomentar condições ótimas de bem-estar social. Por conseguinte, a única possibilidade de aprovação de um sistema econômico capitalista exigiria o compromisso estatal para com a causa dos trabalhadores, impondo salários elevados, aplicação efetiva de direitos trabalhistas e demais instâncias de seguridade social, paradigmas de um Estado intervencionista comprometido com a efetivação do regime de bem-estar social. Contudo, como a ganância e a sede de lucro são as disposições fundamentais das elites capitalistas, egocêntricas e tacañas, qualquer regulação estatal de modo a se minorar os efeitos deletérios do regime ordinário do labor sobre as vidas dos trabalhadores sofre constante ataque dos ideólogos do “livre-mercado” (patrocinados usualmente por fundações empresariais) e do lobby financeiro, quebrando assim as bases sustentadoras do bem-estar social. Os plutocratas apregoam que as leis do mercado são amorais e axiologicamente neutras, mas não hesitam em pedir ajuda do poder estatal para financiar os seus empreendimentos de risco, sem, no entanto, beneficiar a sociedade com os seus resultados positivos. A teleologia econômica liberal é assim uma mistificação infame. Bauman argumenta que

A “mão invisível do mercado”, com fantasiosa reputação de atuar em favor do bem-estar universal – a

mão que a política de estado de desregulamentação pretende libertar das algemas legais antes projetadas para limitar sua liberdade de movimento -, pode efetivamente ser invisível, mas há pouca dúvida quanto a saber a quem ela pertence e quem dirige os seus movimentos (BAUMAN, 2015, p. 45-46).

A precarização motiva a degradação metabólica do trabalhador, pois lhe impõe um ritmo laboral extenuante e neurótico de dedicação incondicional ao serviço, para maior glória da empresa contratante. A incerteza em relação ao futuro, a impossibilidade de realizar um projeto de vida consistente, a ameaça degradante do desemprego e da penúria se tornam elementos indissociáveis da trajetória do trabalhador precarizado, desconfiado, idiotizado, individualizado mediante um projeto econômico necrófilo de desestabilização existencial. O trabalhador é forçado a renunciar aos seus elos solidários de ajuda mútua e politização profissional que outrora fortaleciam a todos os camaradas na luta contra a exploração patronal. Guy Standing aponta que

O precariado vive com ansiedade – insegurança crônica associada não só à oscilação à beira do limite, sabendo que um erro ou um episódio de má sorte poderia pender a balança entre a dignidade modesta e ser um sem-teto, mas também com o medo de perder o que possui, mesmo quando se sente enganado por não ter mais (STANDING, 2013, p. 42)

A insistência temerária em se realizar a reforma da legislação trabalhista e sua subsequente flexibilização é defendida pelos baluartes do servo-mercado como a pretensa oportunidade de se aumentar a oferta de emprego e assim favorecer a circulação financeira no sistema autofágico de nosso capitalismo

predatório. Na verdade, o que ocorre é a degradação das condições laborais em favor da ampliação do índice de lucro da casta patronal, que de modo algum apresenta pudores morais acerca da sua rapacidade em ampliar suas fontes de riqueza de maneira inversamente proporcional ao pauperismo das massas trabalhadoras submetidas ao regime do salário (que conjuga alienação e mais-valia). Segundo Richard Sennett,

A expressão “capitalismo flexível” descreve hoje um sistema que é mais que uma variação sobre um velho tema. Enfatiza-se a flexibilidade. Atacam-se as formas rígidas de burocracia, e também os males da rotina cega. Pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais [...]. Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história se vive numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (SENNETT, 2002, p. 9; p.27).

Os grandes negócios empresariais constantemente recebem isenções fiscais de governos complacentes com as arbitrariedades do mercado, e mesmo assim demitem sordidamente grandes contingentes de trabalhadores em nome da pretensa competitividade na ordem econômica global, para em seguida contratar novos quadros em condições de subalternidade. O discurso seráfico e paternal do empresariado afirma que suas iniciativas geram empregos e isso já é o maior bem que podem realizar para a sociedade capitalista, mas a contratação de funcionários é uma necessidade estrutural, não uma benesse

altruísta. Portanto, as empresas como pessoas jurídicas devem saldar suas dívidas fiscais com a União para o fortalecimento do Tesouro Nacional.

Um dos mitos esdrúxulos do empreendedorismo capitalista é o de que os empresários enriquecem por mérito próprio mediante esforço pessoal, poupança, disciplina. Ora, ninguém enriquece sozinho. Para que alguém prospere em algum negócio é indispensável que outras pessoas trabalhem para ele. Conforme a divisão financeira capitalista, quanto mais o empresário detentor dos meios de produção explora seus assalariados, maior seu índice de lucratividade. Por isso grandes fortunas só existem mediante inevitável exploração de uma massa humana de servidores. Segundo Christopher Lasch,

A dificuldade de se limitar a influência da riqueza sugere que ela mesma precisa ser limitada. Quando fala o dinheiro, todo o resto está condenada a ouvir. Por esse motivo, uma sociedade democrática não pode permitir acúmulos ilimitados (LASCH, 1995, p. 32).

Os sociopatas liberalistas consideram que a tributação das grandes fortunas é um empreendimento de base moralista, assim como moralista é a condenação dessas riquezas avultantes, pois o enriquecimento é um processo natural no sistema capitalista que não pode ser cerceado por critérios distintos da dimensão econômica, pois o livre empreendimento, a inovação, a competitividade e a concorrência são motores do progresso financeiro. Conforme dito anteriormente, nenhuma fortuna foi forjada por mero esforço individual do empreendedor, que usualmente depende de apoio estatal para realizar seus projetos. Na verdade, o hiato financeiro entre uma elite plutocrata (soberba e alheia aos

problemas sociais) e uma massa humana cada vez mais desprovida de autonomia decorre de uma ausência de regulação democrática na estrutura política, graças à lassidão do poder governamental em permitir a exploração desenfreada da minoria próspera contra os anseios de subsistência da maioria. De acordo com Joel Bakan,

As corporações não são instituições democráticas – seus diretores e gerentes não devem prestar contas a ninguém a não ser aos acionistas que os empregam. A crença de que a bondade corporativa e a responsabilidade social podem e devem ser alcançadas pelas forças do mercado, a ponto de as regulações do governo se tornarem desnecessárias, tem como base o perigoso desprezo pela importância da democracia (BAKAN, 2008, p. 183- 184).

Muitos plutocratas prosperam através de sonegações fiscais, transações fraudulentas e outros procedimentos ilícitos. As elevadas tributações sobre as fortunas dos plutocratas efetivas por países de sólida força democrática visam corrigir razoavelmente esse desequilíbrio financeiro, já que de boa vontade poucos milionários/bilionários aceitariam renunciar a uma parte dos seus montantes privados em nome do bem comum.

Considerações finais

O projeto da espoliação temerária sobre a coisa pública brasileira se consolida através de traços nitidamente autoritários e em descompasso com a legitimidade e com a moralidade pública, configurando-se como um autêntico escândalo antirrepublicano. Os ideólogos defensores do choque de ordem temerário afirmam que as propostas reformistas são imprescindíveis para colocar a

economia brasileira novamente nos trilhos do sucesso. Sucesso para a elite financeira, para os empresários, para os plutocratas. Para os trabalhadores são destinados apenas os efeitos das políticas normativas de austeridade, em um exercício doentio do poder governamental em destruir a sociedade brasileira. A greve dos trabalhadores é o ato maldito por excelência para a rapinagem plutocrática, a barbárie encarnada, a anarquia contrária ao progresso. Como tática de resistência aos imperativos do grande capital a insurgência da greve é um método necessário, não apenas por chocar a flutuante opinião pública, mas também por gerar prejuízos financeiros aos plutocratas, alheios ao bem comum. Contudo, a luta dos trabalhadores pelo fim da exploração laboral não pode se resumir apenas em greves, pois estas apenas geram efeitos reformistas na ordem capitalista, atenuando provisoriamente o mal-estar que assola a multidão assalariada até a incidência de novas tensões que exigem, conseqüentemente, novas mobilizações dos trabalhadores, em um ciclo sem fim. O aburguesamento de muitos sindicatos e a subsequente perda de sua força contestatória perante o arbítrio patronal promove um espírito de niilismo entre muitos trabalhadores, desprovidos de representatividade. Alguns partidos ditos trabalhistas são apenas estruturas oportunistas desprovidas de compromisso político para com as genuínas urgências dos trabalhadores, atuando assim na verdade como

beneficiadores dos propósitos plutocráticos. Por isso o embate contra os desmandos políticos do governo temerário deve ser organizado pela união imanente entre as ruas tomadas pelos trabalhadores e os partidos políticos representantes dos ideais emancipatórios antagônicos aos dispositivos do grande capital, necrófilo e supressor da liberdade humana. Não se trata de uma questão de sobrevivência social, mas da superação da barbárie.

Referências

- BAKAN, Joel. **A Corporação – a busca patológica por lucro e poder**. Trad. de Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?** Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2015.
- LASCH, Christopher. **A Rebelião das Elites e a traição da democracia**. Trad. de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995
- MARX, Karl. **O Capital. Livro I, volume 1**. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- TRAGTENBERG, Maurício. **O Capitalismo no Século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.